

**L E I      nº 2.670/2006**

Data : 10 de outubro de 2006.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar contrato de cessão de boxes, situados no armazém cedido ao cedente pela União Federal, nos termos da Portaria nº 438, de 01/08/94, publicada no Diário Oficial da União, em 03/08/94, com a empresa **CARLOS A. DE SOUZA LIMA – ME**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

**L E I**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar contrato de cessão dos Boxes nºs 01, 02, 03, 13 e 13A, com área construída de 137,61 m², e área descoberta com 886,73 m², totalizando a área de 1.024,31 (um mil, vinte e quatro metros e trinta e um centímetros quadrados), situados no armazém, onde funcionava o IBC, cedido ao cedente pela União Federal, sob regime de aforamento, nos termos da Portaria nº 438, de 01/08/94, do Ministro da Fazenda, publicada no Diário Oficial da União, em 03/08/94, com a empresa **CARLOS A. DE SOUZA LIMA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.562.026/0001-23, com sede nesta cidade de Bandeirantes(PR), pelo prazo de 07 (sete) anos.

Parágrafo Único – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, desde já, por sua conveniência, a prorrogar o prazo desta cessão por igual período.

Art. 2º - Os boxes a que se refere o artigo anterior, destinam-se às atividades no ramo de gênero alimentícios, que gerará cerca de 25 (vinte e cinco) empregos.

Parágrafo Único – A cessionária se obriga a manter durante o contrato de cessão dos boxes, 25 (vinte e cinco) empregos diretos, sob pena de considerar-se rescindido de pleno direito o referido contrato.

Art. 3º - Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, objetivando os boxes mencionados no artigo 1º desta Lei.

Art. 4º - Ocorrendo a rescisão da cessão, sob regime de aforamento, pela União Federal, conseqüentemente a retomada total do imóvel, a presente cessão pelo Município tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito à empresa cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas.

Art. 5º - Os direitos e obrigações aqui mencionadas não excluem os outros explícitas ou implicitamente decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 10 de outubro de 2006.

José Fernandes da Silva  
Prefeito Municipal